

A educação Patrimonial e os lugares de memória: A cidade de Cambira-PR

JOÃO PAULO P. RODRIGUES¹

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Esse artigo tem como finalidade pontuar a aproximação entre a Educação Patrimonial e a rede de Ensino fundamental e médio, partindo da premissa da história local e da memória. Para isso tomamos como fonte a arquitetura em madeira da cidade de Cambira, no Paraná. Como é válido, a discussão sobre o que é patrimônio e como poderíamos tratar da questão da Educação Patrimonial é ampla e está sendo discutida em várias frentes. A questão não é nova, mas vêm tomando novos contornos e são estes que nos interessam no presente trabalho.

Palavras-Chaves: História Local, Educação Patrimonial, Norte Paranaense

Abstract: This article aims to highlight the approximation between Patrimonial Education and the network of Elementary and Secondary Education, starting from the premise of local history and memory. For this we take as source the wood architecture of the city of Cambira, in Paraná. As is valid, the discussion on what heritage is and how we could address the issue of Heritage Education is broad and is being discussed on several fronts. The question is not new, but they are taking on new contours and these are those that interest us in the present work.

Keywords: Local History, Patrimonial Education, North Paranaense.

Recebido em 01/03/2018 e aceito em 18/11/2018.

1. Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre em História pela mesma, Especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes-RJ. Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (2007). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, História do Paraná e Patrimônio Cultural.

O referido estudo faz parte do projeto História local: a educação patrimonial e o exercício da cidadania, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Sandra de Cássia Araújo Pelegrini nos anos de 2009 e 2010, financiado pela Secretaria de Estado da Tecnologia (SETT). A pesquisa tinha o objetivo de “fortalecer o intercâmbio de conhecimentos entre a Educação Básica Pública e o Ensino Superior” e promover a “popularização das atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico”.

A cidade de Cambira--PR

Antes de enveredarmos pela reflexão sobre a arquitetura em madeira de Cambira, torna-se necessário apresentar um breve histórico do município, com o intuito de observar a origem dos primeiros migrantes responsáveis pelas construções das primeiras moradias.

Segundo o memorialista Narciso Capeloto, a primeira família a reocupar as proximidades da região de Cambira foi a do Sr. Francisco Carneiro de Souza, em 1936. Três anos depois, o Sr. Souza, natural de Jacarezinho, fixou residência na propriedade juntamente com sua família. Neste espaço produziam rapadura, açúcar, industrializavam farinha e comercializavam cereais em Apucarana-PR. Por volta de 1937, João Piovesan se mudou com os familiares para a mesma região. No ano seguinte, Pedro Blanco adquiriu um lote na Gleba Dourados, Dito Alves, Carrascoso, Grossi e José Rodrigues estes últimos instalaram-se na região atualmente conhecida como atual Bairro da Bela Vista. Em 1939, as famílias Campanholi e Marafon desembarcaram no vilarejo e passaram a se ocupar da limpeza de sítios e do cultivo do café.

Entretanto, somente a partir da década de 1940, essa região onde se encontra Cambira passou por um processo de parcelamento, comercialização e ocupação do solo de modo mais ofensivo. A partir desta

década, intensificou a atuação de companhias de colonização, entre elas, a da Companhia de Terras Norte do Paraná que viria a se tornar a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Para Tomazi (2000), por meio da atuação desta empresa imobiliária, grande parte de sua área foi sendo “re-ocupada”, mediante a plantação de extensos cafezais que substituíram a mata fechada, e depois, contaram com a fundação de cidades, a implantação de ferrovias e rodovias.

Tal avanço se iniciou na cidade de Londrina, a partir de 1930 e persistiu até meados da década de 1950. Para France Luz (1997) a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, promovia a venda dos lotes rurais intensificando a propaganda em três aspectos, o primeiro sobre a fertilidade do solo, ou seja, a valorização da terra roxa muito produtiva; o segundo chamava a atenção para as vantagens do pequeno e médio agricultor que poderia adquirir pequenos lotes com preço mais acessível; por último, difundia-se a questão da versatilidade da produção, uma vez que as qualidades da terra tornava possível o cultivo de vários produtos como o café, o algodão, cereais, hortaliças.

A propaganda se dava através de jornais, rádios, cartazes, panfletos e agentes de vendas espalhados principalmente pelo Oeste Paulista. Luz (1997) ressalta que a Companhia vendeu datas nas cidades fundadas por elas com extensão média de 500 ou 600 m² cada, chácaras em volta das cidades e vilas numa área de cinco alqueires e também lotes rurais numa extensão superior a cinco alqueires, destinado para sítios e fazendas.

Sobre a forma de pagamento Luz exemplifica:

As condições de aquisição eram diferentes, conforme se tratasse de: a) lotes agrícolas: 30% de entrada e quatro anos de prazo para o pagamento; b) chácaras 40% de entrada e dois anos para o pagamento; c) datas urbanas: 50% de entrada e 50% no prazo de um ano. Os juros cobrados eram de 8% ao ano. Os funcionários da Companhia gozavam de

um desconto especial de 20% (LUZ, 1997, p. 40).

Em Cambira, assim como quase em todo o norte do Paraná a produção cafeeira foi significativa até meados da década de 1970, no entanto com a famosa “A Geada Negra”, ocorrida no dia 18 de julho de 1975, inúmeras plantações foram abandonadas, dando espaço paulatinamente para o cultivo da soja, trigo, milho e principalmente nos últimos vinte anos para a atividade pecuária, especificamente em Cambira.

História Local e Educação Patrimonial: o caso do norte paranaense.

Os objetivos que estabelecem o fio condutor do presente texto buscam mostrar a importância de uma arquitetura ainda pouco contemplada pela comunidade em geral e pelas pesquisas acadêmicas quando se pensa nela como objeto de valor histórico a ser conservado. Quando ouvimos falar em uma obra arquitetônica a ser preservado, na maioria das vezes o que é dito nos remete a edifícios públicos de importância política, palco de eventos históricos já bastante sedimentados ao longo do tempo. Outras vezes, a importância atribuída a estas edificações são nominadas pela sua antiguidade, como no caso da arquitetura colonial brasileira, por exemplo.

Existe ainda outro fator, ligado mais à história da arquitetura, muitas vezes canonizada, não só em nosso país, mas de forma geral, que classifica o que é a arquitetura que pode ser considerada “nobre” e a arquitetura “sem importância”. Como exemplo maior disso, podemos falar do Movimento Moderno no Brasil como um estilo que vem sendo preservado e estudado, tido como bastante relevante para a memória. O movimento modernista nas artes e na arquitetura se deu a partir da influência das vanguardas européias do princípio do século XX. Ainda que, em alguns casos, tenha sofrido uma influência permeada de “adaptações” e diálogos com traços culturais nacionais, esta trás consigo características internacionais que a valorizam,

cujo grande feito foi o rompimento com a estética da arquitetura colonial. Não temos o intuito aqui discutir o Movimento Moderno no Brasil e nem mesmo os cânones dessa prática e sim procurar levantar uma discussão sobre a relevância da arquitetura feita pelas pessoas comuns, que chamamos de arquitetura popular (conceito que será retomado mais adiante).

No caso do Paraná, para nos aproximarmos do nosso objeto de estudo, as cidades consideradas “históricas” estão relacionadas com alguns ciclos econômicos como o da erva-mate e o tropeirismo. Portanto, a busca pela preservação de sítios e edificações esteve sempre muito centrada neste contexto. Se observarmos os bens patrimoniais tombados no Paraná se nota que a grande maioria está concentrada na região do litoral e central do Estado, abrangendo municípios como Antonina, Curitiba (com mais de meia centena de unidades tombadas), Lapa, Morretes, Paranaguá, entre outros.

Também inúmeros monumentos históricos reconhecidos pelo IPHAN são resultado da tradição da arquitetura moderna. A grande maioria a partir das obras feitas para as comemorações do Centenário da Emancipação do Paraná, em 1953, momento em que as artes e a arquitetura foram essenciais para reforçar a redefinição de uma identidade coletiva paranaense. A partir da década de 1950 podemos destacar dentre as principais obras a criação do Centro Cívico que ainda hoje abriga a sede do governo e suas adjacências. Também a Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaíra são edifícios tombados pelo Iphan em Curitiba (RUBIM, STEINKE, 2009).

Já no norte paranaense não podemos observar semelhantes casos de preservação. Entre os bens tombados nesta região, podemos citar na cidade de Maringá o edifício do Hotel Bandeirantes, e em Londrina três processos de tombamento aprovados (Estação Ferroviária de Londrina, Praça Rocha

Pombo e o edifício do Cine Teatro Ouro Verde). Tal quadro mostra que a preocupação efetiva em pesquisar e estudar o patrimônio histórico material e imaterial do norte paranaense ainda permanece tímida.

Em relação à edificação arquitetônica especificamente, vemos a preservação de imóveis em diferentes estilos, principalmente na capital paranaense (colonial, neoclássico, eclético, art decor e modernista). Também há estudos sobre a arquitetura paranaense que sofreu influência étnica como a alemã, japonesa e polonesa. Com isso, sobre o norte paranaense podemos observar que ainda não há exemplares da arquitetura local popular, em madeira, que tenha sido contemplada para preservação.

A seguir, iremos expor algumas questões sobre o porquê da larga presença da arquitetura em madeira na região estudada e algumas de suas características, procurando mostrar a sua importância para a memória dos seus habitantes. O norte paranaense foi sendo ocupado efetivamente a partir da década de 1930, com a inserção da cafeicultura. Antes habitado por índios e caboclos e recoberto por extensa cobertura vegetal, sofre um processo migratório acelerado, com a implantação de ferrovia, estradas e inúmeras cidades. Este período, acentuadamente marcado pela derrubada da mata para a plantação de café e outras culturas, também permitiu o aparecimento de uma cultura arquitetônica local, a partir do extrativismo. Ao mesmo tempo se colonizava a região e desbravava-se a mata.

Muitos estudos mostram como derrubar a mata era tido como um empreendimento civilizador, pois as árvores tombadas simbolizavam a abertura de clareiras que viriam a formar centros urbanos de diferentes tamanhos e do cultivo agrícola, o que estava em consonância com o pensamento da época, cujo intuito (tanto federal como estadual) era promover a expansão de fronteiras e incentivar a migração para lugares como o Norte do Paraná, Mato Grosso e Goiás (STEINKE, 2007). Por outro

lado, ironicamente a exuberância da mata também indicava a fertilidade do solo, o que foi frequentemente usado pelas companhias loteadoras como chamariz atrair compradores para suas terras, por meio de intensa propaganda. Assim, entre a década de 1930 e 1960, o norte paranaense sofreu um rápido e intenso processo migratório, resultando na fundação de mais de uma centena de cidades. Em quase sua totalidade, nestas cidades, as edificações eram em madeira. E é deste elemento presente na paisagem urbana que nos ocuparemos agora.

Arquitetura em madeira no município de Cambira-PR

Para a arquitetura em madeira usaremos a denominação popular. Segundo Weimer, a opção por usar tal denominação não significa dar ao termo uma conotação pejorativa ou diminutiva em relação aos objetos que denomina (WEIMAR, 2005). Ao contrário, permite que se fale das virtudes contidas nesse tipo de arquitetura, pois se consolidaram como resultado de um longo processo de adequação aos requerimentos das ambiências brasileiras em determinadas localidades (WEIMAR, 2005; CASTELLS, 2009, p. 6).

Quando se considera a possibilidade de tipificar essas arquiteturas, é porque se pressupõe que elas são depositárias de certas características próprias de especificidades locais, o que além de permitir que possam ser definidas como populares, as coloca em clara oposição à denominação arquitetura *erudita*, sempre inevitavelmente associada a modelos e padrões culturais internacionais (CASTELLS, 2009, p. 8-9).

Weimar identifica quatro características distintas na arquitetura popular: a simplicidade (por se valer do material fornecido pelo meio natural do entorno), a adaptabilidade (por se adequar a condições e necessidades

locais), a criatividade (pela ausência de preconceitos nos aspectos construtivos e na seleção do uso de materiais) e pela forma como resultado da materialidade construtiva, não resultando em uma intencionalidade plástica prévia, como a tradição da arquitetura erudita planejada (CASTELLS, 2009). Partindo de tais pressupostos, podemos destacar a arquitetura do norte paranaense e, em especial, da cidade de Cambira.

Em primeiro lugar, vale destacar a abundância da madeira na região norte paranaense para servir de matéria-prima para as construções. Por outro lado também podemos levar em conta a dificuldade dos meios de transporte no período em questão para se obter outro tipo de material de construção. Num primeiro momento, conforme mostram os relatos dos antigos moradores e os registros fotográficos, foram erigidas ranchos feitos de palmito com pequenas tábuas servindo de telhado. Estas habitações serviam de abrigo provisório. Depois, iam sendo construídas, já contando com os serviços de carpinteiros e artesãos, casas com vários cômodos e que pudessem abrigar com certo conforto a família inteira. Estas casas, feitas de peroba-rosa, entre outros exemplares de árvores presentes na mata nativa, ainda hoje podem ser vistas na paisagem urbana e rural regional.

Tanto nas pequenas e médias cidades como em áreas próximas às propriedades agrícolas era costume implantar alguns edifícios que serviam como ponto de apoio e de forte caráter simbólico, como a igreja, a escola, salão de festas, juntamente com campo de futebol e de bocha, entre outros espaços de atividades de socialização e lazer da comunidade.

Conforme prevê a Constituição Federal de 1988 (2003), o patrimônio cultural brasileiro, compreende os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os

modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços, destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos, entre outros (FONSECA, 2009, p. 59 – 60).

As técnicas construtivas fazem parte de “saber fazer” de uma comunidade e é geralmente passado de pai para filho, ou de mestre para aprendiz, na profissão de artesão e carpinteiro. Este tipo de conhecimento abrange as técnicas e ferramentas a se usar, como o uso do conjunto de martelos e serrotes, arco de pua, metro de dobrar, lápis de carpinteiro, linha, plaina, formão, entre outros. Saber utilizar tais ferramentas pode ser considerado aspecto a ser valorizado como patrimônio imaterial e que vem desaparecendo rapidamente na região. São objetos que hoje causam curiosidade se expostos de modo a serem compreendidos dentro de suas funções.

Portanto, a importância da arquitetura religiosa pode ser percebida nas imagens antigas, nos registros das comemorações e nos relatos dos moradores e é um fator preponderante na paisagem local. A igreja, desde a fundação da cidade, é um edifício a ser erguido imediatamente. Para Zani, a sociabilidade dos sitiantes e colonos eram impulsionadas pela presença da capela, nas quais eram realizados os casamentos, batizados, funerais, festas de padroeiras, quermesses e bingos. Construídas quase sempre em mutirões e com material doado ou comprado com arrecadações das festas. As orientações ficavam sob a responsabilidade de um mestre carpinteiro (Zani, 2003, p. 146).

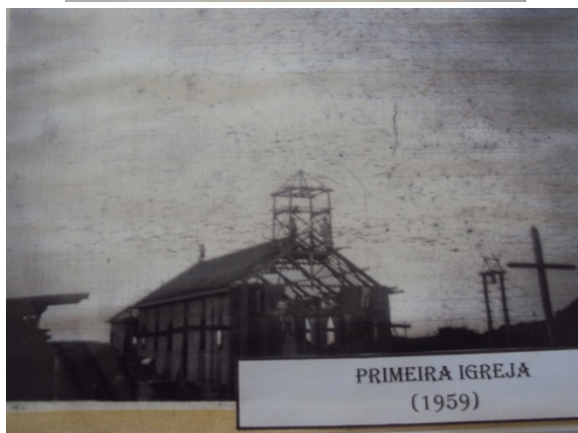


Imagem 1 e 2: Construção da primeira igreja católica, em 1959, em Cambira. Fonte: Biblioteca Municipal de Cambira.

Embora a maioria dessas capelas tenha sido substituída gradualmente por outras de alvenaria, a iconografia mantém estes registros, conforme pode ser observado ao longo do texto. Na cidade estudada, ainda restam alguns exemplares destes edifícios, principalmente na zona rural. Também era usada a peroba rosa e os procedimentos e ferramentas utilizadas eram semelhantes.

Já o sistema construtivo diferenciava-se dos outros edifícios pelo

uso de uma viga horizontal para dar sustentação em função do vão. Outras edificações da primeira década destas cidades são construção de galpões para diversos usos, como as serrarias, e tulhas para acondicionar o café. Outro tipo de arquitetura que faz parte da paisagem urbana e é essencialmente importante para as memórias dessas cidades são os pequenos comércios, como farmácias, as antigas vendas, também chamadas armazéns ou casa de secos e molhados. Locais como esses eram – e ainda são atualmente – pontos de encontro da comunidade, tanto da comunidade urbana como desta com os moradores da zona rural.

A arquitetura não pode ser pensada fora do conjunto de tais espaços. É neles que se entrelaçam as relações sociais, os vínculos e as memórias dos seus habitantes. Portanto, a memória dos moradores está relacionada ao uso destes espaços e, por sua vez, dos conjuntos urbanos e dos edifícios. Pensando assim, podemos considerar a importância da arquitetura popular.

As antigas casas de madeira, algumas mais amplas e com um porte que revelava o poder aquisitivo de seu habitante, outras pequeninas figurando na paisagem, tem suas características ímpares que podem ser destacadas a seguir. Geralmente são casas de sete cômodos, comuns em nosso país a partir da década de 1930 e 1940 (sala, cozinha, três quartos, banheiro e varanda). A maioria tinha o assoalho de madeira elevado, formando um porão (fechado ou não), elevado por um pedestal de tronco de peroba.

A casa e seu entorno revelam o cotidiano da comunidade interiorana. Uma casa de madeira, à moda antiga, preserva um espaço de sociabilidade e de conhecimento que está intimamente ligado com o modo de vida das pessoas da localidade. Nelas vemos uma série de elementos agregados como a varanda, a horta e o jardim. No caso do jardim, o cultivo de ervas, a troca de impressões sobre as diferentes espécies de chás e unguentos, entre outros, e o intercâmbio de mudas entre seus moradores mostram um

conhecimento sobre a medicina popular passada de geração a geração.

Do ponto de vista estético podemos destacar a ornamentação, como o detalhe dos rendilhados nas fachadas, principalmente na varanda. Esta última adquire um lugar simbólico, pois representa a mediação entre a rua e o espaço privado da casa, sendo um ponto de comunicação entre o interior e o exterior. A varanda pode ser vista como um lugar de encontros ou, dependendo do momento, apenas um lugar de convívio familiar para se observar o movimento da rua quando o tempo parecia passar mais vagarosamente. O destaque ainda deste cômodo era dado pelo frontão com rendilhado ou algum outro detalhe que o diferia e pelo contraste da cor em relação a pintura externa da casa.



Imagem 3: Primeira loja de Cambira, 1963.



Imagem 4: primeiro mercado de Cambira, 1956.

Conforme Zani (2003), o repertório arquitetônico no norte paranaense no começo tinha um caráter mais provisório, se constituindo de casas mais simples, com volumetria pura, composta por telhados de quatro de duas águas, sem ornamentos nem cor. A partir da década de 1940, pode ser observada uma arquitetura com a intenção de ser mais permanente, o que pode ser notado na volumetria mais complexa e riqueza de ornamentos. Se no início a paisagem era dominada pela cor e a textura natural da madeira, com o passar do tempo as cores foram ganhando espaço e era comum o interior das casas tinha cada cômodo pintado de uma cor. Outro aspecto peculiar deste tipo de habitação é a superfície marcada pela intercalação de tábua e mata-junta, formando um ritmo constante (ZANI, 2003).

Com o tempo, alguns cômodos vão sendo substituídos em alvenaria, como o banheiro e a cozinha, por exemplo. Muitas vezes eram anexadas

ao corpo principal desta moradia. Hoje a falta de matéria prima (madeira) se soma à falta de pessoas qualificadas para tal função. Outro fator que tem que ser levado em conta é que, com a grande oferta da madeira, principalmente até a década de 1960, o preço da mesma era baixo. Então, ao se tornar a edificação mais comum, a casa de madeira contrasta com as casas construídas em alvenaria, mais caras por conta do material e, por isso mesmo, criando um símbolo de status para seus donos. Pode-se dizer que, com o tempo, morar em casa de alvenaria foi se tornando sinônimo de melhoria de vida, de uma aparente ascensão de classe social. Talvez este seja um dos motivos que leva as pessoas a não perceberem o valor histórico deste tipo de arquitetura.

Apontamentos

Concordamos com Fonseca Fonseca (2003) quando esta afirma que as ações de educação patrimonial não são apenas fundamentadas em critérios técnicos e igualmente políticos, visto que, para esta autora é essencial a “representatividade” dos bens, em termos da diversidade social e cultural do país, para que a função de patrimônio realize-se no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer em seus repertórios (FONSECA, 2003, p. 65).

A imagem que a expressão “patrimônio histórico e artístico” evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes referidos em documentos e em narrativas dos historiadores. Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem, construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizaram a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado (FONSECA, 2003, p.56).

Contijo (2003) adverte para o fato de que o tema pluralidade cultural é caracterizado pela dificuldade inerente ao trato com as diferenças. Falar de uma arquitetura popular em três pequenas cidades do interior paranaense pode ser uma forma de avançar nesta discussão. Portanto, ampliar o conceito de patrimônio cultural, dentro da escola, trazendo a discussão para o entorno e o cotidiano dos alunos e de seus antecedentes, pode ser um interessante exercício. Ao se trabalhar com professores e alunos do ensino fundamental pode-se contribuir para o surgimento ou fortalecimento de uma discussão sobre a memória local e em formas da própria comunidade discutir e buscar valorizar o que ela considera patrimônio local.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, E. J. F. **Cultura popular e patrimônio cultural**. In: VIII Reunión de Antropología Del Mercur – RAM. Buenos Aires, Argentina, 2009.
- CAPELOTTO, Narciso. **Cambira**. Cambira: Governo do Paraná/Secretaria de Estado da Cultura, 1998.
- CONTIJO, R. *Identidade nacional e ensino de história. A diversidade como “patrimônio sociocultural”*. In: ABREU, R.; SOIHET (Orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- FONSECA, M. C. L. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro. DP & A Editora, 2003, p. 56 - 80.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relação dos Bens Tombados**. Disponível em < <http://www.iphan.gov.br> >.

Acesso em: 10 nov. 2010.

- LUZ, France. Maringá: A fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p.123-140.
- RUBIM, S.; STEINKE, R. **Imaginário social e figuras imagéticas: a busca de uma identidade coletiva paranaense**. Secretaria de Estado da Educação SEED/PR, 2009.
- TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- WEIMAR, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ZANI, A. C. **Arquitetura em madeira**. São Paulo: Eduel/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.